

Versão 2.1 do Selo Verde-Pará vai fortalecer rastreabilidade e combater desmatamento

 agenciapara.com.br/pauta/7065/versao-2.1-do-selo-verde-para-vai-fortalecer-rastreabilidade-e-combater-desmatamento

MEIO AMBIENTE

Abertura: 04/05/2023 08h30

Encerramento: 04/05/2023 10h00

Local: Martens Café, no Parque Mangal das Garças

Endereço: Rua Carneiro da Rocha, s/n - Bairro Cidade Velha

Contatos: Ascom Semas 91 988092876

O Governo do Pará, em parceria com a Amazon e a Amazon Web Services (AWS), lançará na quinta-feira (04) a versão 2.1 do Selo Verde-Pará. A plataforma oferece com transparência informações de rastreabilidade da cadeia produtiva da pecuária em todo o território paraense. É a mais atual estratégia de divulgação da situação ambiental das propriedades e sua produção.

O lançamento ocorrerá no Martens Café, no Mangal das Garças, as 08h30, com as presenças do governador Helder Barbalho; do secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Mauro O'de Almeida; de James Mulligan, da Head de Neutralização de Carbono da Amazon; Paulo Cunha, gerente-geral de AWS Brasil, e Felipe Nunes, da CIT/UFMG.

O Pará foi o primeiro estado brasileiro a implementar um sistema público com essas informações, ainda em 2021. A criação da plataforma teve a cooperação do Governo do Pará e do Centro de Inteligência Territorial (CIT), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A Amazon e a AWS também estão financiando a integração do CAR 2.0 à plataforma Selo Verde. O CAR 2.0 é um novo sistema automatizado de registro de propriedades, que acelera a validação das informações de autorrelato ambiental de uma propriedade. Ele fornecerá uma maneira rápida de validar a conformidade ambiental de propriedades rurais - um passo obrigatório para implementação do Programa de Regularização do Código Florestal.

O Selo Verde é crucial para reduzir o desmatamento e mitigar as mudanças climáticas. Ele

contribui com o trabalho colocado em prática por meio do Plano Estadual Amazônia Agora, que é a maior estratégia ambiental paraense, cujos principais objetivos são coibir crimes ambientais, promover a regularização ambiental e prover o desenvolvimento social de baixo carbono, além de criar mecanismo para o financiamento de ações que conciliam conservação ambiental, desenvolvimento econômico responsável e justiça social.

